

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
PRIMEIRA CÂMARA

PROCESSO N° : 10715.000615/94-97
SESSÃO DE : 25 de junho de 1998
ACÓRDÃO N° : 301-28.772
RECURSO N° : 119.347
RECORRENTE : DRJ/RIO DE JANEIRO/RJ
INTERESSADA : ALCATEL TELECOMUNICAÇÕES S/A

SUBFATURAMENTO E SUPERFATURAMENTO - A apresentação de fatura comercial com valores divergentes em relação à GI, no pedido de trânsito aduaneiro, não configura a infração prevista nos arts. 524 e 526, III do RA.
RECURSO DE OFÍCIO NEGADO.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso de ofício, na forma do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Brasília-DF, em 25 de junho de 1998..


MOACYR ELOY DE MEDEIROS
PRESIDENTE e RELATOR

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
Coordenação-Geral da Representação Extrajudicial
da Fazenda Nacional

Em _____ / _____ / _____



LUCIANA CORRÊA RORIZ PONTES
Procuradora da Fazenda Nacional

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros : LEDA RUIZ DAMASCENO, MÁRIO RODRIGUES MORENO, MÁRCIA REGINA MACHADO MELARÉ, FAUSTO DE FREITAS E CASTRO NETO, CARLOS HENRIQUE KLASER FILHO E JORGE CLÍMACO VIEIRA (suplente). Ausente o Conselheiro JOSÉ ALBERTO DE MENEZES PENEDO.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
PRIMEIRA CÂMARA

RECURSO Nº : 119.347
ACÓRDÃO Nº : 301-28.772
RECORRENTE : DRJ/RIO DE JANEIRO/RJ
INTERESSADA : ALCATEL TELECOMUNICAÇÕES S/A
RELATOR(A) : MOACYR ELOY DE MEDEIROS

RELATÓRIO

Recorre “de ofício” a este Conselho, a DRJ/RJ de decisão assim
ementada:

“SUBFATURAMENTO E SUPERFATURAMENTO - A apresentação de fatura comercial com valores divergentes em relação à Guia de Importação, quando da solicitação de trânsito aduaneiro, não configura a infração prevista nos arts. 524 e 526, III, do Regulamento Aduaneiro.

LANÇAMENTO IMPROCEDENTE.

A empresa submeteu mercadorias em despacho para o trânsito aduaneiro, tendo sido o pleito indeferido, posto que os valores indicados não conferiam com aqueles indicados na GI, embora o valor total da operação não tenha sido alterado.

A autuada, então, submeteu os bens ao desembaraço para consumo, que foram desembaraçados sem nenhuma objeção do IRF/AIRJ, uma vez que os valores constantes da GI, eram os mesmos indicados na DI.

Por entender agora, que os valores constantes da DI estavam em divergência com os indicados quando do DTA I, o Setor de Revisão, lavrou Auto de Infração em tela.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
PRIMEIRA CÂMARA

RECURSO N° : 119.347
ACÓRDÃO N° : 301-28.772

VOTO

Não cabe a aplicação do art. 524 do RA, no caso em tela, uma vez que os valores declarados na DI registrada, foram considerados corretos, não havendo portanto, declaração indevida.

É também improcedente a multa prevista no art. 526, III do RA, uma vez que o valor aduaneiro da DI não foi questionado, e apenas indicada a infração.

Isto posto, nego provimento ao recurso de ofício.

Sala de Sessões, em 25 de junho de 1998.



MOACYR ELOY DE MEDEIROS - RELATOR